

R\$ 17.230.364, tendo sido destinado do orçamento o valor de R\$ 848.000 para atendimento de demandas trabalhistas.

Outra Ação importante continuada em 2011 é a implantação da nova versão do Sistema LOGIX, contratado junto à TOTVS S/A, que resultará em significativos ganhos de Produtividade, Qualidade e Segurança das Informações. No segundo semestre deverão ser implantadas outras ferramentas de Gestão, visando à geração de Relatórios Gerenciais para uma eficaz Gestão do Orçamento. Estamos em fase de verificação para adequação do Plano de Cargos e Salários, para que seja aprovado pelo Conselho de Administração para posterior envio ao DEST, possibilitando desta maneira o pedido para Realização de Concurso Público, para atender nossa necessidade de completar o quadro de funcionários, o que evitará os gastos com horas extras e minimizará os custos com Braçagistas. Também continuaremos nos esforços junto ao Governo Federal, tendo em vista o contrato firmado por ocasião da Federalização da Companhia, para que os pagamentos efetuados nos últimos anos das Dívidas Trabalhistas devido ao Missidido de 1991, cerca de R\$ 15 milhões, sejam devidamente pagos, pois essas informações estão em fase de levantamento pelo setor jurídico. Por tudo isto, podemos concluir em 2011 a CASEMG confirmará sua efetiva viabilidade econômica, justificando a sua exclusão do Plano Nacional de Desestatização – PND. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - MEMBROS: Glycon Terra Pinto Junior - CPF: 659.408.306-68, José Magalhães de Sousa - CPF: 057.011.981-20, João Batista da Silva Fagundes - CPF: 012.668.706-44, Robério Oliveira Silva - CPF: 469.255.386-34, Pedro Araújo Cardoso - CPF: 051.965.998-04.

	2010	2009
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores	712.161	653.287
Salários e contribuições previdenciárias	1.045.892	1.028.846
Obrigações tributárias	155.284	260.708
Parcelamento REFIS (Nota 15)	102.520	205.040
Provisão para contingências (Nota 16)	3.237.222	1.357.289
Acordos trabalhistas	-	869.928
Estoque de produtos de terceiros (Nota 5)	155.865.357	83.889.352
Parcelamento Fornecedor	357.169	152.292
Outras Obrigações a Curto Prazo	76.640	50.769
	161.552.245	88.467.511
Não Circulante		
Exigível a longo prazo		
Provisão para contingências (Nota 16)	136.611	783.088
Parcelamento REFIS (Nota 15)	1.943.486	2.046.006
Parcelamento Fornecedor	116.067	-
	2.196.164	2.829.094
Patrimônio líquido		
Capital Social (Nota 18)	26.814.711	26.814.711
Prejuízos Acumulados	(3.893.497)	-
Reserva Legal (Nota 19)	-	63.061
Reserva de Lucros a Realizar (Nota 19)	-	308.861
Reserva de Retenção de Lucros (Nota 19)	-	926.582
	22.921.214	28.113.214
Total do Passivo	186.669.623	119.409.820

Reserva de Lucros				
Reserva Legal	Reserva Lucros a Realizar	Reserva Retenção Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Patrimônio Líquido Consolidado
			(134.361.909)	26.814.711
			134.361.909	-
			37.290	-
			1.261.213	-
63.061	308.861	926.581	(1.298.503)	1.298.503
63.061	308.861	926.581	-	28.113.214
63.061	308.861	926.581	-	28.113.214
			25.477	25.477
			(5.217.477)	(5.217.477)
(63.061)	(308.861)	(926.581)	1.298.503	-
-	-	-	(3.893.497)	22.921.214

UNIDADES ARMAZENADORAS	Posição em 2010	Posição em 2009
Alfenas	-	-
Araguari	102.404	58.714
Bonfinópolis	-	368
Burit	-	140.000
Capinópolis	80.349	45.095
Centralina	-	6.800
Conceição das Alagoas	60.676	36.397
Frutal	85.997	16.120
Ituiutaba	105.556	53.812
Monte Carmelo	146.364	82.586
Paracatu	58.042	95.192
Passos	8.484	22
Patos de Minas	115.829	53.345
Patrocínio	154.386	85.020
Sacramento	16.432	18.249
Santa Vitória	4.716	11.395
Tupaciguara	12.178	1.221
Uberaba	159.123	106.779
Uberlândia	231.844	543.957
Unai	-	1.530
TOTAL	1.342.379	1.356.602

5. ESTOQUE DE PRODUTOS DE TERCEIROS (Ativo Circulante/Passivo Circulante)

Refere-se ao saldo contábil de produtos armazenados conforme o registro de inventário das Unidades de Armazenagem em 31/12/2010 de R\$155.865.357 e em 31/12/2009 de R\$83.889.352, relativo aos produtos agrícolas diversos de clientes, cuja rubrica e conta contábil são informadas

do SPED fiscal.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR (Ativo Circulante)
Os valores no montante de R\$320.742 estão compostos por: INSS a compensar de R\$123.026 relativo ao recolhimento efetuado e incluído indevidamente no REFIS, cujo processo administrativo está sendo analisado pela Receita Federal do Brasil para compensação na dívida em processo de parcelamento em andamento do REFIS; IRRF/COFINS, PIS e CSLL a compensar- R\$195.387 relativo a retenção na fonte por empresa pública conforme lei 10.833/2001, cu compensação será feita na guia de recolhimento dos impostos devidos pela Companhia; ISSQN a recuperar de R\$494 relativo ao recolhimento a maior, em processo de verificação pela Prefeitura local; e IRRF a recuperar de R\$1.836 a ser compensado na apuração do lucro real ou com outros tributos federais.

7. PRECATÓRIO EM FASE DE RECEBIMENTO (Ativo Circulante e Realizável a L. Prazo)
Em 31/12/2010 encontram-se registrados no Ativo Circulante, o saldo remanescente de 10 parcelas no montante de R\$ 500.000, do acordo firmado em 2008 com a Prefeitura Municipal de Muriaé para fins de recebimento de precatório originado pela desapropriação do imóvel em 1991, até então sub-judice, sendo homologado o pagamento pelo demandado o valor de R\$ 1.900.000, e ainda a devolução do imóvel para o ativo imobilizado da Cia. de forma desembarcada pelo Município. Para a devolução do imóvel, a Companhia oficiou o Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais solicitando providências, haja vista o descumprimento do acordo. O valor acordado de 35 parcelas, sendo a primeira de R\$200.000 foi liquidada no exercício de 2008 e o restante com início de pagamento em 2009, sendo recebido R\$600.000 em 2009 e R\$600.000 em 2010, mais os juros previstos.

8. OUTROS CRÉDITOS E VALORES A RECEBER (Ativo Circulante)
Conforme abaixo discriminado, os valores referem-se à Concessão de direito real de uso de imóveis; os depósitos judiciais a serem compensados com débitos de fornecedores relativos a cessão de mão de obra, valor a receber de convênio firmado com o município de Jaíba e ISSQN e IPTU a compensar relativa a escritura pública de confissão e compensação de débitos recíprocos:

	2010	2009
Concessão de Direito Real de Uso	32.000	91.323
Depósitos judiciais Restitutivos e valores bloqueados	2.303	90.224
Convênio com Município de Jaíba	11.500	-
ISSQN/IPTU a compensar município de Frutal	-	20.263
Sindicato dos Braçagistas de Uberlândia	36.133	-
	81.936	201.809

9. DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS A RECEBER EM CORRANEA JUDICIAL

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS		
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais		
	2010	2009
Receita Operacional Bruta	17.388.615	15.940.729
Venda de Mercadorias e Serviços		
Impostos e Outras Deduções da Receita		
COFINS Não Cumulativa	(1.354.578)	(1.237.14)
PIS Não Cumulativo	(294.086)	(269.290)
ISSQN	(544.032)	(488.520)
ICMS	(9.327)	-
Créditos PIS/COFINS não cumulativo	566.245	530.212
	(1.635.778)	(1.464.738)
Receita Operacional líquida	15.752.837	14.475.991
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(10.998.187)	(10.621.721)
Lucro Bruto	4.754.650	3.854.270
Receitas (Despesas) Operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(6.976.747)	(5.494.369)
Reversão de provisões constituídas (Nota 17)	1.329	814
Recuperação de INSS e/RFIS	-	3.512.980
Crédito Escritura Pública Confissão dívida	-	1.045.294
Outras Receitas operacionais	1.629.922	1.787.010
Outras Despesas Operacionais	(450.392)	(502.647)
Perdas no recebimento de créditos	(1.182.219)	(22.275)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	57.824	203.889
Depreciação	(3.051.832)	(3.123.449)
	(9.972.115)	(2.592.752)
Lucro (Prejuízo) Operacional	(5.217.465)	1.261.518
Resultado não operacional		
Ganho (Perdas) de Capital no Imobilizado	(11)	(305)
Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.217.476)	1.261.213
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(5.217.476)	1.261.213
Lucro (Prejuízo) líquido por lote de mil ações do capital social	(0,129747562)	0,031363692
Quantidade de ações ao final do exercício	40.212.516.561	40.212.516.561

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
MÉTODO INDIRETO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2010	2009
Lucro (Prejuízo) do exercício	(5.217.477)	1.261.213
Aumentos (Diminuições) dos itens que não afetam o caixa	-	-
Depreciação	3.051.832	3.123.449
Despesas juros	57.154	85.970
Receitas juros	(47.410)	-
Perda do imobilizado	11	305
Provisão para perdas de créditos	-	17.459
Provisão para contingências	2.183.669	1.224.446
Reversão de provisões de créditos	(1.329)	(814)
Recuperação INSS sobre REFIIS	-	(3.512.908)
Prejuízo de exercício ajustado	26.450	2.199.048
Variações do ATIVO	-	-
Diminuição (Aumento) de Contas a Receber Clientes	14.223	(386.033)
Diminuição (Aumento) de Concessão de Direito Real de Uso	59.323	(17.178)
Diminuição da Desapropriação de Imóveis	459.957	-
Aumento Despesas Antecipadas	(3.855)	(62.637)
Diminuição (Aumento) de Ressarcimento a Clientes	279.566	(272.132)
Diminuição (Aumento) Estoque armazenado	(8.710)	26.710
Diminuição (Aumento) Tributos a compensar	(182.158)	27.780
Diminuição Adiantamentos	425	339
Aumento outras contas a receber	(38.706)	(845.445)
Diminuição outras contas a receber	120.263	37.924
Diminuição (Aumento) IRPJ a recuperar	13.278	(6.940)
Diminuição (Aumento) Dep. Recursais/Restituíveis/Valores Bloqueados	662.585	(494.098)
Aumento Dúplas. a receber em cobrança judicial	(20.701)	(365.997)
Diminuição Prefeitura Muriaé	500.000	600.000
Diminuição de Cobranças Judiciais	733.911	888.174
Aumento de provisão de perdas	(118.162)	-
Total	2.471.238	(869.434)
Variações do PASSIVO	-	-
Aumento de Fornecedores	61.970	375.030
Aumento (Diminuição) de Obrigações Fiscais	(105.424)	148.451
Aumento de Salários e Contribuições Sociais	17.046	154.046
Aumento de Obrigações a Terceiros	36.131	13.324
Aumento (Diminuição) de Parcelamento CEMIG (CP/LP)	320.945	(477.214)
Diminuição Provisão Contingências Trabalhistas (CP/LP)	(1.571.955)	(956.670)
Diminuição Parcelamento REFIIS	(205.040)	(54.023)
Diminuição Provisão ISSQN/PTU	-	(734.334)
Total	(1.446.328)	(1.531.390)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-	-
Aquisições do Ativo Imobilizado	(708.009)	(101.992)
Aumento (Diminuição) líquido de Caixa	343.352	-303.768
Caixa no início do período	602.989	906.757
Caixa no fim do período	946.341	602.989

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

De acordo com a Apelação Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais a ação contra a Prefeitura de Governador Valadares relativa à execução de título extrajudicial da Escritura Pública de Desapropriação Amigável, foi considerada nula, em função da CASEMG, sociedade de economia mista federal, com capital majoritário da União, não poder ter seus bens desapropriados por um município, sem prévia autorização do Presidente da República. O processo encontra-se em fase de cumprimento de sentença, aguardando apenas a expedição de carta de sentença para averbação no cartório de registro de imóveis na comarca de Governador Valadares. O ajuste contábil ainda não foi procedido no balanço, uma vez que se encontra pendente a regularização do imóvel para reintegração ao ativo imobilizado da Companhia e o acerto de contas do valor de entrada pago pela Prefeitura em contrapartida a utilização do imóvel desde a época da desapropriação. O valor a receber da Prefeitura de Ipanema relativa a desapropriação do imóvel em 1991 origina-se de ação que conta com julgamento procedente, e que ainda se encontra em aberto na Vara de Precatórios do Tribunal de Justiça de Minas Gerais com expectativa de recebimento a longo prazo, motivo pelo qual foi baixado nos termos da Resolução CFC nº 1180/09 que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 que determina no item 31 que a entidade não deve reconhecer um ativo contingente. O item 35 da referida resolução determina que se a entrada de benefícios econômicos se tornarem provável, a entidade divulga o ativo contingente.

O valor total desta rubrica de R\$ 816.255 refere-se ao saldo a compensar com impostos municipais do município de Frutal, conforme Escritura Pública de Confissão e Compensação de Débitos recíprocos entre a Prefeitura Municipal de Frutal e CASEMG, sendo a diferença do crédito a favor da CASEMG, revertido a título de compensação de débitos de IPTU incidentes sobre os imóveis de sua propriedade na cidade de Frutal, bem como a compensação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza- ISSQN. Durante o exercício de 2010 o valor compensado de IPTU foi de R\$8.927.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Após a análise do Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras e fulcro nos relatórios e pareceres da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, o Conselho Fiscal emitiu o seguinte parecer: "O CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE ARMAZÊNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG," no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após ter examinado o Balanço Patrimonial da CASEMG, as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas e o Relatório da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e, tendo por base o Parecer dos Auditores Independentes, manifesta-se pelo encaminhamento da documentação à Assembleia Geral dos Acionistas, por entender que as demonstrações refletem em todos os aspectos relevantes, as situações patrimonial, financeira e de gestão da Empresa, observadas as recomendações constantes da Ata de nº 121ª realizada no dia 03 de março de 2011.

Brasília, 23 de março de 2011.

Manuel Vitorino Sousa Neto
Elias Jacó dos Santos
Cleide Edvirges Santos Laia
Karla Renata França Carvalho

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG

1. Examinamos o balanço patrimonial da **COMPANHIA DE ARMAZÊNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG**, em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e procedimentos técnicos usuais de auditoria, e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. A Resolução 1180/09 do Conselho Federal de Contabilidade aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 e determina que a entidade não deve reconhecer um ativo contingente salvo quando a realização do ganho é praticamente certa. A CASEMG, baseada em nota técnica de sua Assessoria Jurídica registrou sob o título de Cobranças Judiciais, no subgrupo de Ativo Não Circulante, o montante de R\$ 112.403 (nota 11). Não foi possível a esta auditoria certificar a certeza na realização dos referidos ganhos.

4. A Companhia é detentora de créditos a receber, provenientes de duplicatas a receber em cobrança judicial no montante de R\$539.439 (nota 12). A Administração da Companhia registrou provisão para devedores de liquidação duvidosa no montante de R\$ 299.171 (nota 12). Entretanto não nos foi possível concluir sobre a adequação do valor provisionado para prováveis perdas na realização dos referidos créditos.

5. Em nossa opinião, exceto quanto aos fatos mencionados nos parágrafos anteriores, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE ARMAZÊNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG** em 31 de dezembro de 2010, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

6. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, representadas pelo balanço patrimonial, resultado do exercício, mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por STAFF Auditores e Consultores S/S, CRCRS 004632/O-S-MG, cujo parecer sem ressalvas, datado de 24 de fevereiro de 2010, foi emitido contendo os parágrafos de ênfase descritos a seguir: "5. A empresa, no exercício, em Assembleia Geral Extraordinária, reduziu seu capital social de R\$ 161.176.620,00 para R\$ 26.814.711,00 pela absorção de prejuízos acumulados no montante de R\$ 134.361.909,00 nos termos do art. 173 da Lei 6.404/76." "6. A empresa, segundo suas demonstrações contábeis (notas explicativas 17 e 18) resolveu não distribuir lucros relativamente ao exercício em exame, com base no parágrafo 4º do art. 202 da Lei 6.404/76, tendo efetuado a seguinte destinação dos resultados do exercício: 5% do Lucro Líquido para Reserva Legal, no valor de 63.060,65; R\$711.450,00 para Reserva de Lucros a Realizar e o saldo do resultado líquido do exercício, no valor de R\$ 486.702,35, somado ao valor de R\$ 37.290,00 relativo a ajuste de exercícios anteriores, monta em R\$ 523.992,35, para Reserva Especial, conforme previsto no § 5º. do mesmo art. 202 acima mencionado."

7. Ressaltamos que a Assembleia Geral Ordinária realizada em abril de 2010 determinou que a destinação dos resultados do exercício de 2009 se desse da seguinte forma: Reserva Legal - R\$563.061; Reserva de Lucros a Realizar - R\$308.861; Reserva de Retenção de Lucros - R\$926.582.

Belo Horizonte, 11 de março de 2011.

Reis & Reis Auditores Associados.
CRC-MG - 7021/O-0
Renata Luciana dos Reis Magalhães
CONTADOR CRC-MG Nº 069.952
Regiane Márcia dos Reis
CONTADOR CRC-MG Nº 009424/S-T

Página 02 de 02